LINHA DE BASE AVALIATIVA DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA EM UM MUNICÍPIO DO ESTADO DA BAHIA

Mardini Rafaela Silva Pereira¹; Silvone Santa Bárbara da Silva Santos²

1. Bolsista PIBIC/Fapesb, Graduando em Enfermagem, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: mardinirafaela@gmail.com

2. Orientador, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: silvone.santabarbara@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Saúde da população negra; Políticas de saúde; Avaliação.

INTRODUÇÃO

No estado da Bahia, 79,1% da população é constituída de negros (IBGE, 2010) e, assim como nos outros estados brasileiros, indivíduos brancos e negros ocupam espaços sociais diferentes o que reflete nos indicadores sociais, visto que os negros possuem os piores indicadores para escolaridade, piores postos de trabalho, além de terem um menor acesso a bens e serviços sociais, incluindo a saúde.

Para minimizar os problemas relacionados à saúde da população negra, foi instituída em 2009 a Política Nacional de Saúde da População Negra que se expressa através de três dimensões definidas: acesso às ações e serviços de saúde; gestão e pesquisa (SANTOS;ARAÚJO, 2014).

Nesse sentido, foi elaborada a seguinte questão de pesquisa: qual o grau de implantação da Política Nacional de Atenção Integral da Saúde da População Negra no município de Salvador, Bahia, no ano de 2016, no que se refere à dimensão da gestão? Assim, o estudo tem como objetivo identificar o grau de implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no município de Salvador, a partir da análise de indicadores de gestão da saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de linha de base avaliativa, utilizando-se um plano de indicadores elaborados para esta pesquisa que contempla a dimensão da gestão. Para avaliar o grau de implantação da PNNSIPN em Salvador, foram utilizados seis indicadores de gestão, do tipo quantitativo, associados a quatro variáveis: educação permanente, controle social, processo decisório e disponibilização de recursos financeiros. A coleta de dados foi feita a partir da análise documental, sendo utilizados como instrumentos para análise deste estudo o Plano Municipal de Saúde (2010-2013), Plano Plurianual (2010-2013) e a página eletrônica do Conselho Municipal de Saúde. A análise documental foi norteadada por variáveis e indicadores elaborados para esta pesquisa, associada às perguntas avaliativas e parâmetros, contempladas na dimensão da gestão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da coleta de dados, foram analisados seis indicadores para identificar o grau de implantação da PNSIPN em Salvador, na dimensão da gestão. Desses, quatro obtiverem pontuação positiva, um obteve pontuação zero e um não se aplicou à

pontuação, pois não foi analisado devido o não acesso aos dados relacionados ao indicador. Dessa forma, identifica-se que o grau de implantação da PNSIPN no município de Salvador pode ser classificado como implantada, segundo o modelo proposto por Oliveira, Natal e Camacho, visto que o escore obtido pelo município foi com ponto de corte de 80% (Quadro 1).

Quadro 1 – Grau de implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra em Salvador, Bahia.

INDICADOR	PERGUNTA AVALIATIVA	PARÂMETRO	PONTUAÇÃO	PERCENTUAL
Existência de iniciativas de educação permanente voltadas para a saúde da população negra	Quantas foram as capacitações que os trabalhadores de saúde receberam durante o período de 2010 a 2015, enfocando a saúde da população negra?	Pelo menos 01 capacitação por ano ofertada pelo município aos trabalhadores da saúde desde a implantação da política de saúde da população negra	1	20%
Representantes de entidades negras como conselheiros de saúde.	Quanto representantes de organizações de movimentos negros, mulheres negras, quilombolas e/ou religiões de matriz africana participam do conselho municipal de saúde.	Pelo menos um representante de uma dessas organizações no conselho municipal de saúde.	1	20%
Projeto ou plano de ação de saúde voltado para a população negra apresentado no conselho municipal de saúde	Foram apresentados ao conselho municipal de saúde projetos ou plano de ação voltado para a saúde da população negra?	Apresentação de pelo menos 1 projeto ou plano de ação voltado para a saúde da população negra no ano de 2010.	Não se aplica	Não se aplica
Processo decisório baseado nas diretrizes propostas no Plano Municipal de Saúde.	Existem ações de saúde para a população negra definidas no Plano Municipal de Saúde?	Ações de saúde para a população negra definidas no Plano Municipal de Saúde.	1	20%
Existência de instância de promoção da equidade em Saúde	Existem instâncias de promoção da equidade em Saúde no município?	Existência de municípios por estado com 150 mil ou mais habitantes em comando único com instância de promoção da equidade em saúde implantado	0	0%
% de recursos disponibilizados para a PNSIPN	Existem recursos financeiros disponibilizados no PPA para a implementação da Política de Saúde Integral da População Negra?	Existência de rubrica no orçamento no PPA referente às ações para implementação da Política de Saúde da População Negra	1	20%

Os achados deste estudo demonstram que o município de Salvador dispõe de planos de ações que visam contribuir para o combate ao racismo institucional.

Entretanto, não foram encontradas ações de educação permanente voltadas para o combate às demais iniquidades em saúde que assolam a população negra.

A importância da educação permanente na implantação da PNSIPN no município de Salvador está associada às mudanças que a mesma provoca nos processos de formação, uma vez que trata-se de um instrumento utilizado para transformar o profissional de saúde em um profundo conhecedor de sua realidade local (MICCAS; BATISTA, 2014).

No que diz respeito ao controle social, neste estudo, observou-se que há participação de um representante de movimentos negros, quilombolas ou religiões de matriz africana no Conselho Municipal de Saúde. No entanto, a baixa representatividade de entidades negras no Conselho Municipal de Saúde do município de Salvador é evidenciada no estudo de Dantas et al. (2015), no qual os autores afirmam que essa baixa representatividade interfere na efetivação da PNSIPN na Bahia.

No que tange à existência de projeto ou plano de ação de saúde voltada para a população negra apresentado no CMS, neste estudo não foi possível ter acesso às atas das reuniões ocorridas e conseqüentemente ter conhecimento das pautas das reuniões do Conselho. No entanto, Dantas et al. (2015) afirmam que o CMS de Salvador dispõe de propostas direcionadas ao combate ao racismo: “Sensibilizar, capacitar e comprometer as ouvidorias do município para a apuração e encaminhamento das denúncias de racismo na Secretaria Municipal de Saúde.”

Neste estudo, o processo decisório foi verificado a partir da existência de ações estratégicas que têm por objetivo implementar a política da população negra no município de Salvador. No que diz respeito à implementação da política, alguns autores afirmam que existem diferentes fatores que podem ser prejudiciais ao processo decisório, tais como a imprevisibilidade relativa aos recursos ou mudanças próprias da dinâmica da realidade; conflitos de interesse entre os governantes e entre estes e quem presta ou executa os serviços; fragmentação de papéis das autoridades, tanto relativos aos setores, quanto aos diferentes níveis de governo comprometidos na execução das políticas públicas (KLEBA; ZAMPIROM; COMERLATTO, 2015; LINDBLOM, 1981).

Quanto às questões financeiras, os resultados deste estudo permitiram verificar previsão orçamentária de recursos para o desenvolvimento de ações que contribuem para a implantação da PNSIPN. Do mesmo modo que a PNSIPN, a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) busca reduzir as iniquidades em saúde, visando o empoderamento de indivíduos ou grupos (MALTA et al., 2014). No caso da PNPS, Malta et al. (2014) em seu estudo discutem alguns pontos que favorecem o fortalecimento da Política, dentre eles está o financiamento.

CONCLUSÃO

A partir dos resultados encontrados no presente estudo, foi possível construir uma linha de base avaliativa que poderá subsidiar avaliações futuras sobre a implantação da PNSIPN no município de Salvador. Assim, a partir da análise dos indicadores de gestão da saúde, citados neste estudo, conclui-se que no município de Salvador a PNSIPN classifica-se como implantada, tendo em vista o escore de 83,3% obtido na avaliação dos indicadores elaborados para esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- DANTAS, I. S. et al. Estruturação dos Conselhos Municipais de Saúde na Bahia para o controle social: um estudo de linha de base. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 7, n. 16, p. 52-73, 2015.
- KLEBA, M. E.; ZAMPIROM, K.; COMERLATTO, D. Processo decisório e impacto na gestão de políticas públicas: desafios de um Conselho Municipal de Saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 556-567, 2015.
- MALTA, D. C. et al. A implementação das prioridades da Política Nacional de Promoção da Saúde, um balanço, 2006 a 2014. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 11, 2014.
- MICCAS, F. L.; BATISTA, S. H. S. S. Educação permanente em saúde: metassíntese. **Revista de Saúde Pública**, v. 48, n. 1, 2014.
- SANTOS, S.S.B.S; ARAÚJO, E. M. Avaliação da implantação da Política de Saúde da População Negra na Bahia, Sergipe e São Paulo. In: ARAÚJO, E. M. Avaliação da Atenção à Saúde da População Negra e a Intersecção do Racismo sobre as Práticas de Cuidado em Estados do Nordeste e do Sudeste Brasileiro. Projeto CNPq/MS/SCTIE/DECIT/SGEP/DAGEP Nº 21/2014 - Saúde da População Negra no Brasil. Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, 2014.